

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2017
RELATÓRIO**

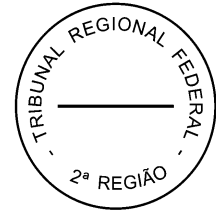
5ª TURMA RECURSAL/RJ – GABINETE DO 1º JUIZ RELATOR

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nos mapas estatísticos disponíveis, realizou-se, no período de 20 a 23 de fevereiro de 2017, a correição ordinária eletrônica do Gabinete do 1º Juiz Relator da 5ª Tuma Recursal do Rio de Janeiro, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Dar andamento aos processos conclusos sem movimentação.
2. Verificar os processos suspensos analisados.
3. Observar, nos processos com pedido de vista, os termos do art. 940 do CPC, do art. 143 do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 33, § 5º, “a”, da Resolução TRF2-RSP-2015/00007, de 24/03/2015.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Conforme o Ofício n.º 17.482/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 20/12/2016, e de acordo com a Portaria PR-RJ n.º 1.648, o Procurador da República Dr. Gino Augusto de O. Liccione foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 177-DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 27/4/2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

1) ORGANIZAÇÃO

Juiz Federal Presidente e 1º Relator Dr. Boaventura João Andrade

Tempo de atuação: 1 ano e 11 meses.

Total de Servidores previstos: 03

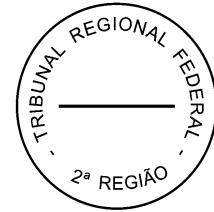
Total de Servidores lotados no Setor: 03

Analistas Judiciários: 03

Técnicos Judiciários: 00

Estagiários: 02

Sobre a lotação ideal do setor, de acordo com o questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Não. Em virtude do acúmulo de jurisdição do relator com a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais se mostra necessário o reforço do quadro de lotação, o que foi solicitado à Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, por meio do ofício TRF2-OFI-2016/13662, bem como à Direção do Foro, por meio do ofício JFRJ-OFI-2016/09279, no entanto a despeito do empenho da Desembargadora Federal Coordenadora o pedido não foi atendido pela Presidência do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.1

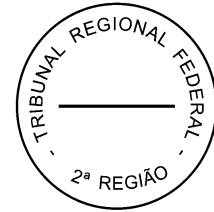
2) ACERVO

Acervo Gabinete	Comparativo fevereiro/2016	Correição fevereiro/2017
Total	1.483	1.639
Suspensos	12	59
Tramitação ajustada	1.471	1.580

Mapas: Apolo – Estatística de Processos Distribuídos, extraído em 14/02/2017, e questionário pré-correição.

3) PROCESSOS JULGADOS, POR CLASSE, NOS ÚLTIMOS DOZE MESES (DE 01/2016 a 12/2016)

Conforme planilha extraída do Sistema Apolo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Poder Judiciário
Justiça Federal - 2a Região
Seção Judiciária do RJ

Página: 001
Emitido em 15/02/2017 10:50

Atividades da Turma Recursal

Turma Recursal:

Gabinete da Turma: 5ª Turma Recursal - 1º Juiz Relator

Período: 02/2016 a 01/2017

X		A1	A2	TA	B	TJ	C	D	E	F
Vara: Todas										
Matéria: Cível										
91001	RECURSO/SENTENÇA CÍVEL	13	608	621	831	1452	1	0	0	0
91002	RECURSO/MEDIDA URGÊNCIA CÍVEL	27	0	27	5	32	0	0	0	0
91003	MANDADO DE SEGURANÇA/ATO JUIZADO ESPECIAL	15	0	15	2	17	0	0	0	0
91009	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	0	0	0	3	3	0	0	0	0
91016	PETIÇÃO	1	0	1	2	3	0	0	0	0
TOTAIS:		56	608	664	843	1507	1	0	0	0
Matéria: Penal										
92013	PETIÇÃO	0	0	0	1	1	0	0	0	0
TOTAIS:		0	0	0	1	1	0	0	0	0
TOTAL GERAL:		56	608	664	844	1508	1	0	0	0

Legenda:

- X = Classes ou Assuntos
- A1 = Decisões Monocráticas Terminativas
- A2 = Decisões Monocráticas Referendadas
- TA = Total de Decisões Monocráticas
- B = Julgamentos em Sessão
- TJ = Total de Julgamentos
- C = Decisões Interlocutórias
- D = Acórdãos Publicados
- E = Decisões em Pedidos de Uniformização
- F = Decisões em Recursos Extraordinários

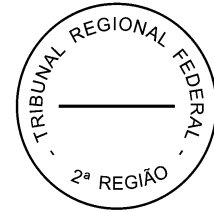
Fórmula

$$TA = A1 + A2$$

$$TJ = A1 + A2 + E$$

Mapas: Apolo, "Estatística de Sentenças – Atividades da Turma Recursal", extraído em 15/02/2017.

4) PROCESSOS SUSPENSOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o Portal de Estatísticas da Segunda Região:

TRRJ - Acervo - Gabinete
Acervo da Turma Recursal do Rio de Janeiro por gabinete

Dados referentes ao dia: 13/02/2017

Relatório atual

Ano : 2017 Mês : fevereiro Vara Juizado Origem : All

Medidas

		Processos
Gabinete	5ª Turma Recursal - 1º Juiz Relator	Trâmite 1579
Situação Processo		Suspensão 59
	Total	1638

Lista de campos
Arraste itens para lista de tabela dinâmica

- Localização Eletrônica
- Matéria
- Mês
- Meta 2
- Par ou Impar
- Qtde de Parte
- Região Originário
- Relator
- Segredo de Justiça
- Situação Processo**
- Tipo de Processo
- Trânsito em Julgado
- TUA
- TUC
- UF
- Última Dec. Julgamento
- Último Movimento

Dos quais foram analisados, por amostragem:

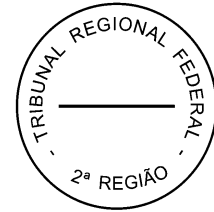
a) Aguarda decisão de instância superior: 59

Nos processos abaixo, **verificar o motivo da suspensão, que, s.m.j., deveria ser “recurso repetitivo (CPC, art. 1.037, inc.II)”**:

0002099-24.2014.4.02.5152/01
0112184-28.2015.4.02.5157/01
0076535-02.2015.4.02.5157/01
0001605-84.2013.4.02.5156/01

Nos processos abaixo, **verificar o motivo da suspensão, que, s.m.j., deveria ser “repercussão geral (CPC, art. 1.035, art. 5º)”**:

0057391-07.2008.4.02.5151/01
0044249-96.2009.4.02.5151/01
0005796-95.2010.4.02.5151/01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0001153-31.2009.4.02.5151/02
0040249-96.2015.4.02.5101/01
0012253-80.2009.4.02.5151/01
0000786-42.2007.4.02.5162/01

Fonte: Portal de Estatísticas – Turmas Recursais, Acervo Gabinete por situação do processo, Apolo – Consultas e Relatórios, processos suspensos, extraídos em 14/02/2017, e consultas ao Apolo, posição até 15/02/2017.

**5) PROCESSOS RECEBIDOS (DISTRIBUÍDOS/ENTRADAS)
POR CLASSE, NOS ÚLTIMOS 12 MESES.**

De acordo com o Sistema Apolo:



Poder Judiciário
Justiça Federal - 2ª Região
Seção Judiciária do RJ

Página: 001
Emitido em 14/02/2017 14:50

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA TURMA RECURSAL

Turma Recursal: 5ª Turma Recursal - 1º Juiz Relator

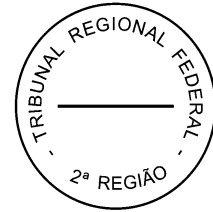
Competência:

Período: 02/2016 até 01/2017

X	REM	ENTRADAS							SAIDAS							SALDOS			
		A	B	C	D	E	TE	F	G	H	I	J	L	M	TS	TRAM	N	TA	
Vara: 5ª Turma Recursal - 1º Juiz Relator																			
Materia: Cível																			
91001 RECURSO/SENTENÇA CIVEL	1441	1543	0	0	0	7	1550	928	0	0	0	0	0	0	381	1309	1682	55	1627
91002 RECURSO/MEDIDA URGENCIA	3	20	0	0	0	0	20	12	0	0	0	0	0	0	0	12	11	0	11
91003 MANDADO DE SEGURANCA	2	16	0	0	0	0	16	12	0	0	0	0	0	0	0	12	6	0	6
91009 CONFLITO DE COMPETENCIA	0	3	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1
91016 PETICAO	1	2	0	0	0	0	2	3	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
Total	1447	1584	0	0	0	7	1591	957	0	0	0	0	0	0	381	1338	1700	55	1645
Materia: Penal																			
92013 PETICAO	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Total	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
TOTAL GERAL	1447	1585	0	0	0	7	1592	958	0	0	0	0	0	0	381	1339	1700	55	1645

Legenda:

REM -	Processos Remanescentes do Inicio do Período	X -	Classes ou Assuntos	TRAM -	Tramitação no Final do Período
A -	Distribuídos	F -	Baixados ao JEF	N -	Suspensos
B -	Devolvidos pelas Turmas de Uniformização	G -	Remetidos à Turma de Uniformização Regional	TA -	Tramitação Ajustada
C -	Devolvido por outro Juiz/Tribunal	H -	Remetidos à Turma de Uniformização Nacional		Fórmulas
D -	Mudanças de Classe/Assunto	I -	Remetidos a outro Juiz/Tribunal	TE -	A+B+C+D+E
E -	Outras Entradas	J -	Arquivados	TS -	F+G+H+I+J+L+M
TE -	Total de Entradas	L -	Mudança de Classe/Assunto	TRAM -	REM+TE-TS
		M -	Outras Saídas	TA -	TRAM - N
		TS -	Total de Saídas		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total de entradas no período: 1.592

Média mensal de entradas: 132,7/mês

- . 91001 Recurso/Sentença Cível: 1.550
- . 91002 Recurso/Medida Urgência: 20
- . 91003 Mandado de Segurança: 16
- . 91009 Conflito de Competência: 03
- . 91016 Petição: 02

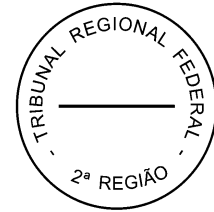
Total de saídas: 1.339

Média mensal de saídas: 111,6/mês

Fonte: Apolo, Estatística de Processos Distribuídos, de 02/2016 a 01/2017, extraído em 14/02/2017, e Questionário pré-correição.

6) PROCESSOS CONCLUSOS

De acordo com o Portal de Estatísticas, o juízo correicionado apresenta a seguinte situação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Acervo - TRRJ - Crie seu relatório
Monte sua planilha cruzando as informações existentes na lista de campos

dados referentes ao dia: 13/02/2017

Relatório atual

Ano : 2017 Mês : fevereiro Gabinete : 5ª Turma Recursal - 1º Juiz Relator Conclusos : para decisão Última Dec Julgamento : Sem Decisão

Situação Processo

		Trâmite	Total
Processos	91001-RECURSO/SENTENÇA CÍVEL	2015	496 496
		2016	814 814
		2017	99 99
Total			1409 1409

Lista de campos
Arraste itens para lista de tabela dinâmica

- Medidas
- Processos
- Ano
- Assunto
- Classe
- Complemento Fase
- Conclusos
- Data Autuação
- Data Autuação Originário
- Data Conclusão
- Data Sentença Originário
- Data Última Distribuição
- Data Última Distribuição Orig
- Data Último Movimento
- Gabinete
- Idoso
- Localidade Originário

Total de conclusos sem decisão: 1.409 processos

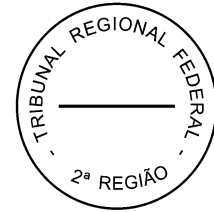
Dos quais, por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

. Recursos contra sentenças cíveis:

0030391612010402515101 – 03.02.01 - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário. **Autuado em 13/01/2015, sem movimentação posterior.**

0014992502014402515101 - 04.01.04 - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário, 01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público. **Autuado em 16/01/2015, sem movimentação posterior.**

0034509752013402515101 - 01.11.02 - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público, 03.07.01 - Servidores Federais ativos e inativos - Contribuições



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Previdenciárias - Direito Tributário. **Autuado em 22/01/2015, sem movimentação posterior.**

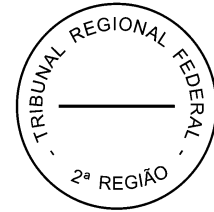
0000337642014402515401 - 04.01.04 - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário. **Autuado em 30/01/2015, sem movimentação posterior.**

0000455072014402516501 - 02.08.12 - Empréstimo - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Direito Civil, 01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público. **Autuado em 02/06/2015, incluído na pauta do dia 29/11/2016, tendo sido adiado o julgamento. Na sessão seguinte, em 16/12/2015, foi retirado de pauta. Último movimento de inclusão provisória em pauta, em 14/02/2017.**

0138490862014402515101 - 04.03.13 - Prestações devidas e não pagas - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário, 01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público. Autuado em 08/06/2015, incluído na pauta de 30/08/2016 e retirado de pauta. **Sem movimentação posterior.**

0132769462013402510101 - 02.10.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade Civil - Direito Civil. Autuado em 16/06/2015, **incluído na pauta do dia 29/11/2016, mas teve julgamento adiado. Na sessão seguinte, foi retirado de pauta, em 16/12/2016. Último movimento de inclusão provisória em pauta, em 14/02/2017.**

0006316162014402515101 - 04.01.02 - Aposentadoria por Idade (Art. 48/51) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário. Autuado em 08/10/2015, **sem movimentação posterior.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0021058062015402515301 - 04.01.05 - Auxílio-Doença (Art. 59/64) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário. Autuado em 13/10/2015, **sem movimentação posterior.**

Fonte: Portal de estatísticas – Turmas Recursais, Acervo – Conclusos, extraído em 13/02/2017, e consultas ao Apolo, posição até 15/02/2017.

7) PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE

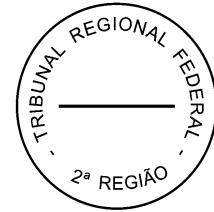
De acordo com o questionário pré-correição:

Há 5 (cinco) processos de outros relatores com pendência no gabinete, relativos a pedidos de vista das sessões de 25/10, 29/11 e 16/12.

Processo	Situação
0004581-18.2009.4.02.5152/02	Pedido de vista da sessão de 25/10.
0159604-47.2015.4.02.5151/01	Pedido de vista da sessão de 29/11.
0167676-48.2014.4.02.5154/01	Pedido de vista da sessão de 29/11.
0071167-30.2015.4.02.5151/02	Pedido de vista da sessão de 29/11.
0041519-05.2015.4.02.5151/01	Pedido de vista da sessão de 16/12.

0004581-18.2009.4.02.5152/02 - 91003 - MANDADO DE SEGURANÇA/ATO JUIZADO ESPECIAL, 01.11.02.02 - Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público. Autuado em 13/07/2016, sob a relatoria do 3º Juiz Relator da 5ª Turma Recursal, Dr. IORIO SIQUEIRA D'ALESSANDRI FORTI. **Pedido de vista feito em 25/10/2016. Último movimento de inclusão provisória em pauta, em 15/02/2017.**

0159604-47.2015.4.02.5151/01 - 91001 - RECURSO/SENTENÇA CÍVEL. 04.01.08 - Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário, 04.03.13 - Prestações devidas e não pagas - Disposições Diversas Relativas às Prestações - Direito Previdenciário. Autuado em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

28/04/2016, sob a relatoria do 3º Juiz Relator da 5ª Turma Recursal, Dr. IORIO SIQUEIRA D'ALESSANDRI FORTI. **Pedido de vista feito em 29/11/2016. Retirado de pauta em 16/12/2016. Último movimento de inclusão provisória em pauta, em 14/02/2017.**

0167676-48.2014.4.02.5154/01 - 91001 - RECURSO/SENTENÇA CÍVEL. 04.01.08 - Pensão por Morte (Art. 74/9) - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário. Autuado em 02/06/2016, sob a relatoria do 3º Juiz Relator da 5ª Turma Recursal, Dr. IORIO SIQUEIRA D'ALESSANDRI FORTI. **Pedido de vista em 29/11/2016 e retirado de pauta em 16/12/2016. Último movimento de inclusão provisória em pauta, em 14/02/2017.**

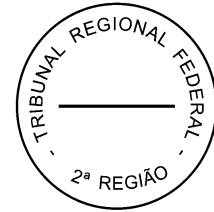
0071167-30.2015.4.02.5151/02 - 91001 - RECURSO/SENTENÇA CÍVEL-04.01 - Benefícios em Espécie - Direito Previdenciário. Autuado em 16/08/2016, sob a relatoria do 3º Juiz Relator da 5ª Turma Recursal, Dr. IORIO SIQUEIRA D'ALESSANDRI FORTI. **Pedido de vista em 29/11/2016 e retirado de pauta em 16/12/2016. Último movimento de inclusão provisória em pauta, em 14/02/2017.**

0041519-05.2015.4.02.5151/01 - 91001 - RECURSO/SENTENÇA CÍVEL - 01.11.02 - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público. Autuado em 09/10/2015, sob a relatoria do 3º Juiz Relator da 5ª Turma Recursal, Dr. IORIO SIQUEIRA D'ALESSANDRI FORTI. Pedido de vista em 16/12/2016. Último movimento de inclusão provisória em pauta, em 15/02/2017.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.3.4 e consultas ao Sistema Apolo, posição até 15/02/2017.

8) PROCESSOS AGUARDANDO JULGAMENTO EM MESA

De acordo com o questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo	Situação
0118376-48.2015.4.02.5101/01	Embargos de declaração de voto proferido na sessão de 29/11/2016.
0132146-21.2016.4.02.5151/01	Embargos de declaração de decisão monocrática referendada na sessão de 29/11/2016

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.3.3.

9) METAS DO CNJ

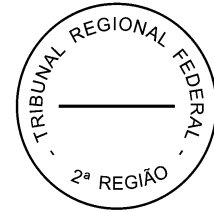
(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2016 e 2017, estabelecidas no IX e X Encontros Nacionais do Judiciário).

OBS.: Apesar da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2017 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metasp/metasp-2017>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos os dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2016, com as adaptações possíveis.

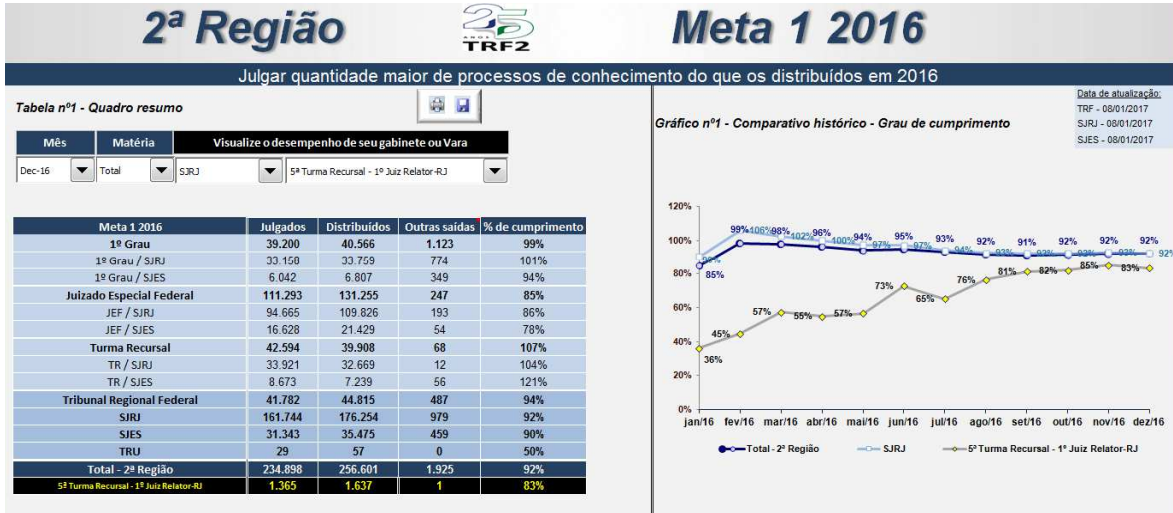
A – META 1/2016: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 83%**, como ilustra o gráfico a seguir:



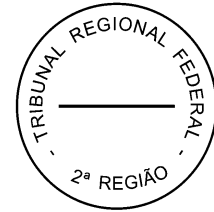
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 14/02/2017.

B – META 2/2016: Julgar processos mais antigos

(Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nos Juizados Especiais Federais, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nas Turmas Recursais).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não se aplica ao Juízo correccionado, que não constava no campo de pesquisa específico referente a esta Meta no Portal de Estatísticas deste Tribunal.

C – META 03/2016: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

D – META 4/2016: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados).

(Identificar e julgar até 31/12/2016: Na Justiça Federal, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

E – META 5/2016: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

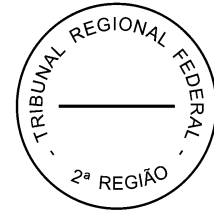
(Baixar em 2016: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

Não se aplica.

F – META 6/2016: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho).

(Identificar e julgar até 31/12/2016: Na Justiça Federal, 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º e 2º graus).

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

G – META 7/2016: Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

(Baixar/julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se a seguinte situação:

2ª Região **25 TRF2** **Meta 7 2016**

Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Tabela nº1 - Quadro resumo

Data de atualização:
TRF - 12/01/2017
SJRJ - 12/01/2017
SJES - 12/01/2017

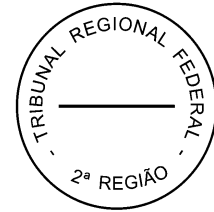
Mês: Dec-16 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara | SJRJ | 5ª Turma Recursal - 1º Juiz Relator

Meta 7 2015	Distribuídos	Outras saídas	Outras entradas	Julgados	% de cumprimento	Baixados	% de cumprimento
1º Grau	2.226	297	65	2.656	133%	3.218	161%
1º Grau / SJRJ	1.729	245	60	2.035	132%	2.507	162%
1º Grau / SJES	497	52	5	621	138%	711	158%
Juizado Especial Federal	127	8	2	104	86%	129	107%
JEF / SJRJ	100	8	2	64	68%	91	97%
JEF / SJES	27	0	0	40	0%	38	141%
Turma Recursal	18	0	0	17	94%	12	67%
TR / SJRJ	13	0	0	13	100%	11	85%
TR / SJES	5	0	0	4	80%	1	20%
Tribunal Regional Federal	1.674	32	9	1.404	85%	1.300	79%
SJRJ	1.842	253	62	2.112	128%	2.609	158%
SJES	529	52	5	665	138%	750	156%
Total - 2ª Região	4.045	337	76	4.181	110%	4.659	123%
5ª Turma Recursal - 1º Juiz Relator	1	0	0	0	0%	0	0%

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 16/02/2017.

H – META 8/2016: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

(Identificar e julgar até 31/12/2016, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2014).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não se aplica.

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS

De acordo com o questionário pré-correição:

“O livro de ponto, obrigatório nos termos do art. 148, inciso I, da Consolidação de Normas da Corregedoria, passou a ser utilizado em dezembro/2016, ressalvando-se que o controle da frequência já era feito mediante o encaminhamento mensal de formulários à Seção de Cadastro da Subsecretaria de Gestão de Pessoas.

O livro de reclamações, também obrigatório nos termos do inciso VI do mesmo artigo, foi solicitado ao almoxarifado, no entanto indisponível para fornecimento no momento”.

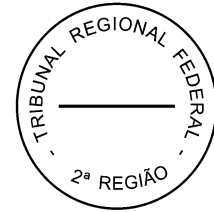
Fonte: Questionário pré-correição, item 6.

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

“O espaço físico ocupado pelos servidores e pelos estagiários não permite contato visual com o ambiente exterior, situação em desconformidade com a ergonomia; e assim, com reflexos negativos na qualidade de vida e trabalho, porquanto as pessoas permanecem durante toda a jornada de trabalho sem qualquer janela ou outra via de contato, isoladas por divisórias do piso ao teto, somente com a iluminação artificial; salvo nos momentos de abertura das portas de acesso.

Assim, postula-se a realização de visita e estudo pelo setor com atribuições nesse âmbito, com vistas a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

proporcionarmos condições adequadas de trabalho – no ponto – à equipe de colaboradores.

Outrossim, necessitamos de melhor tratamento acústico na divisória utilizada entre os gabinetes da 4ª e da 5ª Turmas Recursais (9º andar), porquanto a qualidade e as condições de instalação do material empregado implica ausência de certo nível de privacidade recíproca; na medida em que não existe barreira acústica adequada, com desconforto ao funcionamento das duas unidades, porque é como se estivéssemos num mesmo ambiente, com privacidade apenas visual.

Quanto ao mobiliário e equipamento utilizados, encontram-se em boas condições de conservação e de funcionamento.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 5.

➔ CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o questionário pré-correição:

“A utilização do “drive K” como repositório das minutas de votos é frequentemente dificultada por episódios de lentidão e indisponibilidade. A título de exemplo, foram retirados de pauta da sessão de 16/12/2016 recursos cujos votos desta relatoria não puderam ser analisados previamente pelos outros relatores da Turma Recursal.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 7.1.

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Marcia Fernandes Borges, Mat. n.º 15.548